

# Senado susta extinção de órgãos

O Senado aprovou ontem por 42 votos a dois — Saldanha Derzi (PMDB-MS), líder do Governo, e João Menezes (PFL-PA) — decreto legislativo sustentando o decreto presidencial que extinguiu a Embrater, a EBTU e o Geipot. Os funcionários dos três órgãos, que lotavam as galerias, cantaram o Hino Nacional após a aprovação.

O decreto legislativo terá de ser votado pela Câmara e, se for aprovado, será promulgado pela Mesa do Congresso. O senador Maurício Corrêa (PDT-DF), autor da proposta, valeu-se do artigo 49 da Constituição, item V, segundo é da competência exclusiva do Congresso Nacional "sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa".

Por falta de acordo entre as lideranças, especialmente sobre o tema de reforma agrária e extinção do referido ministério, a medida provisória número 39, não obteve quorum para votação. Somente 184 deputados votaram, quando seriam necessários 249. Partidos como o PDT, PCB, PT e PC do B retira-

ram seus deputados do plenário obstruindo a votação.

Os partidos majoritários, PMDB e PFL, tinham acordo para aprovar a medida e rejeitar o artigo 7º, prevendo a vinculação do programa de reforma agrária ao Ministério da Agricultura. Eles pleiteavam a criação de uma Secretaria Especial, autônoma, vinculada somente à própria Presidência da República, mas a soma de

seus votos não foi suficiente. Dos 184 presentes, 124 votaram a favor e 59 contra com uma abstenção. Não havendo presenças na Câmara dos Deputados, nem foi chamada a votação do no Senado.

A medida provisória tem prazo até sexta-feira para ser votada, senão cairá por decurso de prazo (30 dias). Os discursos de muitos deputados deixaram claro que a medida traz muitos pontos controversos e nada menos do que 16 emendas supressivas foram apresentadas em relação ao seu texto. "Esta medida é uma bagunça, trata de tudo, mistura ministérios com imposto de renda, correção de juros de custeio agrícola com organização da Presidência da República, extinção de ministérios com correção da restituição do imposto de renda. O Governo está brincando com o Congresso, enviando medidas provisórias com a mesma irresponsabilidade que mandava decretos-leis. Não podemos aceitar este estado de coisas", afirmou o líder do PSDB, deputado Euclides Scalco, vivamente aplaudido em plenário e nas galerias repletas de funcionários dos órgãos a serem extintos.

ARQUIVO



Euclides